

ESPACIALIZAÇÃO DO RACISMO TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO POR MEIO DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: UMA ANÁLISE DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 COM DESTAQUE PARA O BAIRRO DE CAMPO GRANDE

Roberta Kelly Alves Avelino Gouvea¹

Stefane Lima da Silva²

Gabriela Santos da Conceição³

Felipe Souza dos Santos⁴

Enzzo Alborghetti Bruno⁵

Leandro Andrei Beser de Deus⁶

Introdução

Das mazelas que cerceiam a vida e a oportunidade de corpos negros, o racismo estrutural é a que está no cerne da sociedade, impactando categoricamente em sua qualidade de vida e na possibilidade de existência dos mesmos. Este fenômeno se faz presente de forma integral e sistematicamente na estrutura social e institucional, devido a sua construção histórica pautada no genocídio, exclusão e marginalização da cultura e identidade de pessoas não brancas. Desse modo, este tipo de racismo não se limita a práticas individuais, mas encontra-se embutido em práticas políticas e sociais, refletindo na marginalização e exclusão destes corpos.

O racismo urbanístico, por sua vez, refere-se à maneira como políticas de planejamento urbano e investimentos em infraestrutura são distribuídos de forma desigual, favorecendo determinadas áreas e populações em detrimento de outras, geralmente em função da raça. Esse é um reflexo direto do racismo territorial, onde a infraestrutura urbana é utilizada como um instrumento de segregação e marginalização. Na cidade do Rio de Janeiro, o racismo urbanístico é evidente através das disparidades no exercício do direito à cidadania entre moradores de diferentes áreas. (Bruno et. al, 2024; Gomes e Mello, 2021).

Diante de tal quadro, o presente trabalho busca compreender a espacialização do racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro, com foco específico na Área de Planejamento⁷ 5 (AP5), destacando o bairro de Campo Grande. Para isso, utilizamos o mapeamento

¹ Graduanda do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, georobertagouvea@gmail.com

² Graduanda do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, limastefaness@gmail.com

³ Graduanda do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, gabriela.conceicaoasantosrio@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, geofelipesouza@gmail.com

⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, enzzoalborg@gmail.com

⁶ Professor Associado do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG-PPGEO/UERJ), leandrobaser@gmail.com

⁷ Áreas de Planejamento: divisões do território municipal baseadas em critérios de compartimentação ambiental, características histórico-geográficas e uso e ocupação do solo, destinadas ao planejamento e controle do desenvolvimento urbano do município (PD, 2021).

participativo, estabelecendo relações entre os fatores socioambientais e territoriais decorrentes do racismo e o processo de urbanização do município, com a colaboração da população residente na área estudada.

Referencial Teórico

Para que a ideia central da pesquisa seja sustentada de forma sistemática, fazendo com que se crie um diálogo com a temática e os demais autores, utilizaremos trabalhos tanto no ramo da Geografia quanto de outras áreas. A primeira, como base principal do trabalho, intitulada “Racismo territorial: O planejamento Urbano tem um Problema de Raça?” (Gomes e Mello, 2021), nos ajuda a pensar a relação do planejamento urbano como base da perpetuação do racismo na cidade promovendo espaço de exclusão, sendo assim, espaço criados a partir de uma intencionalidade e um planejamento, além disso o trabalho traz uma contextualização geohistórica da temática. Historicamente condenados ao “inferno”, o corpo negro em conjunto com suas espacialidades foram/são continuamente usurpados. As narrativas construídas pela branquitude cristalizam uma ordem espacial que perpetua as desigualdades raciais e nega a existência de outras experiências.

Sendo assim, ao trazer um resgate histórico dos elementos do processo colonial no Brasil que modelou uma identidade “fantasiada” do negro e de sua dinâmica socioespacial, nos provoca a re-pensar o espaço a partir de uma outra perspectiva, mostrando que a experiência espacial é plural e diversa e que tensionam as invisibilidades e os apagamentos.

A construção de narrativas que associavam a cidade ao “doente” e ao “sujo”, em oposição à cidade “saudável” e “civilizada”, foi fundamental para justificar as políticas de remoção e segregação espacial. A imagem da cidade colonial, com suas ruas estreitas e insalubres, foi utilizada para legitimar a necessidade de uma transformação radical do espaço urbano. Segundo Oliveira (2014), o fator da cor da pele se tornou um elemento central na definição das espacialidades na cidade. A tentativa de “modernizar” o território, alinhado aos padrões europeus, implicou na remoção de populações negras de suas moradias nas regiões centrais e na construção de uma nova ordem espacial, onde os brancos ocupariam a centralidade da cidade e os negros relegados às periferias.

O início do século XIX foi marcado por diversas transformações urbanísticas e sanitárias na paisagem da cidade do Rio de Janeiro. As ideias higienistas e as reformas urbana, como a reforma de Pereira Passos (1902-1906) remodelaram o espaço urbano carioca com o intuito de trazer a *modernidade* e *limpeza*, esta busca por tornar o centro da cidade como *civilizado* utilizou-se de ações como o “bota abaixo” com a demolição dos cortiços do

centro da cidade, deixando diversas famílias desabrigada e revelando a intencionalidade de para quem a cidade é pensada. Partindo deste pressuposto, utilizaremos Abreu (2022) e Stelmach (2020) para discutirmos as disputas e narrativas construídas pelos agentes da cidade e as transformações do espaço urbano.

As políticas de embranquecimento, inspiradas nas teorias eugenistas, tiveram um papel central nesse processo. A ideia de uma "raça superior" e de uma "raça inferior" justificava a exclusão e a marginalização dos negros, que eram vistos como um obstáculo ao desenvolvimento da cidade. A noção de neutralidade, segundo Kilomba (2019, p. 56), é uma ilusão que serve para manter as estruturas de poder inalteradas, marginalizando a negritude e outras perspectivas subalternizadas. Ela evidencia que,

no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão "fora do lugar" e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão "no lugar", "em casa", corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia.

Essa delimitação e invisibilização dos corpos negros na cidade está intrinsecamente ligada ao papel da branquitude no território, que se manifestou - e se manifesta no presente - em práticas eugenistas e em políticas de remoção para as periferias. A criação de centros urbanos 'brancos' e periferias 'negras' é uma estratégia para manter a ordem racial e o controle social. Essa lógica espacial, que associa o branco à civilização e o negro à barbárie, perdura até os dias atuais, perpetuando as desigualdades sociais e raciais.

Metodologia

Para analisar a espacialidade do racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro, o presente estudo buscou uma estratégia qualitativa-quantitativa, inicialmente através de uma revisão bibliográfica para a compreensão e aprofundamento dos conceitos mobilizados, como a temática do racismo territorial suas formas e estratégias por meio do planejamento urbano e a construção de espaços segregatórios (Gomes e Mello, 2021), além de discutir o processo de urbanização do Rio de Janeiro pautado em teorias higienistas e a marginalização de corpos pretos.

Em um segundo momento, utilizamos os dados referentes à primeira fase do projeto (Bruno et al., 2024), quando houve a aplicação de um formulário para mapeamento participativo, em escala local, na cidade do Rio de Janeiro. O formulário definiu perguntas no intuito de buscar, inicialmente, espacializar de forma quantitativa cor/raça e as desigualdades socioespaciais e ambientais no território. Havia um campo destinado para o participante

informar a sua cor/raça e o bairro onde residia, o que permitia mapear e espacializar as informações, como a quantidade dos participantes negros respondentes. Nesse sentido, buscou-se observar as dinâmicas do racismo territorial (Bruno et al., 2024; Gomes e Mello, 2021) que atuam, em um primeiro plano, nas espacialidades e territórios negros.

Posteriormente, com as respostas obtidas no formulário, os dados foram organizados no programa *Google Sheets*, visando a partir dos agrupamentos estatísticos, revelar o índice de racismo territorial. Para isso, foi atribuído o valor de 1 para o índice de racismo territorial e 0 quando esse não fosse identificado. Partindo desse pressuposto, ao longo da pesquisa, os valores das respostas foram somados, o que resultou em uma pontuação variando de 0 a 25, que correspondia ao nível de racismo territorial evidenciado nos bairros respectivos dos respondentes. Dessa forma, foi realizada a média da pontuação da análise do racismo territorial por bairros/APs, com o intuito de evidenciar o grau do racismo territorial, a partir do intervalo da pontuação, dividido em: **Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto**. (Bruno et al., 2024)

Em vista disso, através dos dados mapeados e seus respectivos resultados obtidos na primeira fase do projeto, nesta segunda fase, optou-se por uma análise centrada na AP5, com ênfase no bairro de Campo Grande. De acordo com os dados levantados e analisados, esse bairro contou com um número significativo de respostas, a partir das quais se identificaram indícios de racismo territorial.

Campo Grande é um dos bairros mais populosos do município do Rio, com uma população estimada em 600.464 moradores, de acordo com o Censo 2022, sendo mais da metade desta negra. Sua geohistória mostra que o então bairro teve seu adensamento populacional, especialmente, após a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1878, o que facilitava no acesso ao bairro e uma proximidade com a metrópole, que na temporalidade em questão, era a capital do país, assim como, com a remoção de favelas e reassentamento de famílias faveladas, o que torna o território em questão como um local de expansão da cidade para o assentamento da população de baixa renda, o que se intensificou desde a abertura da Avenida Brasil, em 1950 e se estende nos dias atuais. (Prefeitura do RJ, 2013).

Considerando o zoneamento em macroescala da revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro (PD, 2021), o bairro em questão abrange as seguintes macrozonas: **estruturação urbana** (áreas com ampla infraestrutura de modais de transporte de alta e média capacidade e áreas com centralidades vigentes ou planejadas de alcance municipal e regional), **desenvolvimento estratégico** (áreas estratégicas para a constituição e manutenção de complexos produtivos e pólos econômicos e áreas sem infraestrutura adequada para ocupação

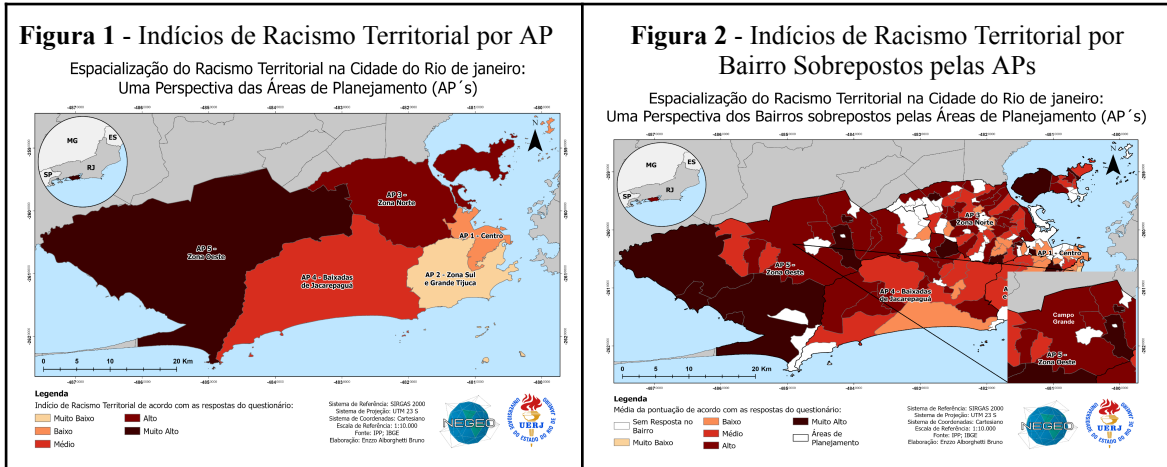
residencial), **redução de vulnerabilidade** (áreas com alta vulnerabilidade social de acordo com o Índice de Desenvolvimento Social - IDS), **requalificação urbana** (áreas que precisam de melhorias em infraestrutura e saneamento, com IDS médio a baixo e potencial para recuperação por investimentos estatais), **uso sustentável** (áreas de significativo valor ambiental e paisagístico com ocupação de baixa densidade ou com potencial para proteção de uso sustentável) e **proteção integral** (áreas de significativo valor ambiental e paisagístico protegidas integralmente por legislação ambiental ou com potencial para proteção integral).

Neste contexto, o bairro não abrange apenas uma macrozona do PD (2021), intitulada **Controle da Ocupação** (áreas com elevada qualidade de ambiência, melhor infraestrutura e indicadores socioeconômicos). Essa macrozona abrange as APs 2 e 4, áreas mais elitizadas e majoritariamente habitadas por pessoas brancas. O novo macrozoneamento evidencia a sobreposição de carências vivenciada pelo bairro devido ao abandono estatal.

Resultados e Discussão

Os resultados mostraram um total de 511 respostas através do formulário online pela plataforma *Google Forms*, onde 35 respostas correspondem à Campo Grande, sendo o segundo bairro mais citado entre os respondentes. No recorte em questão, 54,3% dos respondentes se identificaram como negros e 45,7% como não negros. Este foi o maior índice de participação de respondentes negros em relação à cor/raça por bairro. Desse modo, ao tratar esses dados, realizando a junção das respostas obtidas e da média da soma das pontuações dos dados estatísticos durante a primeira fase (Bruno et al., 2024), foi possível evidenciar, de forma abrangente, o racismo territorial na cidade do Rio de Janeiro, chamando atenção, no entanto, para Campo Grande, onde seu índice é altíssimo.

A pesquisa então revelou que há uma segregação espacial significativa, onde a população negra enfrenta maiores dificuldades em termos de acesso a serviços e infraestrutura básica. Este mapeamento da espacialização do racismo territorial no Rio de Janeiro mostra que essas desigualdades contradizem os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, como o direito à vida, à liberdade de locomoção e à igualdade perante a lei. A AP5 (Zona Oeste) é particularmente afetada, apresentando indícios **muito altos** de racismo territorial (Figura 1). Embora não seja o maior da AP, o bairro de Campo Grande apresenta indícios **altos** (Figura 2), além de ser um recorte relevante em termos de participação. Os resultados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e justas para mitigar esses impactos, não apenas no bairro, mas em toda a área de planejamento.



A concentração de pessoas pretas em áreas mais carentes de recursos e serviços mostra-se como parte do planejamento da cidade, a qual foi construída historicamente por meio de remoções e processos higienistas que visavam a expulsão da população do centro da cidade do Rio de Janeiro para áreas mais afastadas. A espacialização da população no município carioca é reflexo de tais contextos, visto que a população preta reside em áreas afastadas do centro do município e ausentes de investimentos. Logo, o planejamento urbano apresenta um evidente viés racista, acentuando as desigualdades e utilizando a discriminação racial como elemento modelador do espaço urbano, determinando especialidades e limitando a circulação e permanência de corpos não branco.

Sendo assim, os resultados da pesquisa destacam a presença significativa do racismo territorial e urbanístico na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando a necessidade de ações concretas para promover uma urbanização mais justa e inclusiva. Desse modo, o mapeamento participativo realizado fornece uma base sólida para futuras políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e garantir os direitos constitucionais de todos os cidadãos, independentemente de sua raça ou local de residência.

Nesse sentido, segundo o Jornal de Brasília (2023), o Rio teve 283 chacinas policiais nos últimos sete anos, onde, de acordo com os dados levantados na pesquisa, a região com menor número de registros de violência é a zona sul da cidade e as regiões que mais sofrem com as chacinas são as zonas periféricas. O que reitera a ideia de que a violência no Rio tem cor e endereço. Além disso, a Zona Oeste, onde concentra o bairro de Campo Grande, é ainda conhecida como o “berço das milícias”, demonstrando assim, a violência exponencial que cerceia a área. É também nas regiões periféricas onde a ausência do Estado é escancarada; seja na carência de serviços prioritários, como acesso ao saneamento básico, direito à moradia e à segurança. Do mesmo modo que, são essas as que mais sofrem com “desastres

ambientais”, demonstrando uma cidade planejada territorialmente para ocorrer essa segregação socioespacial, visto que, essa é pensada para uma população mais abastada, onde essa minoria é beneficiada em detrimento dos demais. Uma vez que, as zonas periféricas correspondem a parte da cidade que está à margem, sofrendo com o descaso e a invisibilidade, discussão que permeia a revisão do Plano Diretor (2021), revelando a desigualdade na relação centro-periferia (Santos, 1994).

A compreensão do espaço urbano como complexo, constante e dinâmico requer entendê-lo como palco de disputas e desigualdades. O ordenamento territorial possui um viés discriminatório à medida que é pensado e planejado para servir os interesses de uma minoria detentora de privilégios e subjugando a espaços afastados dos centros e ausentes de infraestrutura a grupos minorizados. Gomes e Mello (2021) advertem sobre a existência de um tripé historicamente construído responsável pela periferização da população negra, sendo eles: o estigma, as legislações proibitivas e as práticas urbanistas, constituídos conjuntamente para a manutenção do racismo territorial.

Assim, evidenciando como as decisões de planejamento e desenvolvimento historicamente perpetuam a exclusão desses grupos das áreas de maior valorização econômica e infraestrutura, promovendo a concentração de desvantagens sociais e econômicas em bairros segregados. O racismo territorial, portanto, é um reflexo de como a estrutura urbana e as políticas de desenvolvimento podem acentuar desigualdades e prejudicar a mobilidade e a qualidade de vida dessas minorias subalternizadas.

Considerações Finais

Assim sendo, pode-se dizer que o processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro reverberou na segregação socioespacial percebida nos dias de hoje, tendo em vista as políticas eugenistas que constituíram no apagamento dos traços afro-brasileiros da cidade, à medida em que visava reforçar os ideais de uma classe dominante, branca, afastando assim, a população de classe social mais baixa da centralidade e obrigando-as a morarem nas áreas mais afastadas da cidade, sofrendo assim, com a invisibilidade do poder público e em condições de vulnerabilidade.

O bairro de Campo Grande, portanto, é um exemplo claro dessa política excludente, haja vista que à medida em que corresponde a um dos mais populosos da cidade, sua população sofre com a violência exacerbada, carece de saneamento básico, mobilidade urbana eficiente e, como boa parte da metrópole, percebe-se um acréscimo de favelização neste, como resultado da falta de políticas de habitação. Nota-se assim, o Estado como ator

da perpetuação dessa desigualdade, demonstrando que o racismo territorial é fruto de um planejamento urbano, visando separar a “cidade da elite” e “a cidade dos pobres”, como revelam os dados do formulário espacializados.

Tais evidências nos indicam um caminho árduo a ser percorrido neste trabalho para o aprofundamento da discussão e o adensamento de dados sobre a região em perspectiva. Posteriormente, o estudo em questão buscará aprofundamento nos dados do Censo 2022 e a análise das audiências públicas para a construção da revisão do Plano Diretor da cidade a fim de verificar se a população local está participando da construção e se seus interesses estão sendo representados no documento. Ademais, há a pretensão de construir a cartografia social em Campo Grande, mapeando, juntamente com a população, os locais de maiores ausências do Estado. Desse modo, os caminhos a serem percorridos mostram-se mais nítidos e orientados para a implementação de ações para o enfrentamento e debate do racismo territorial.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, M. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 5.ed. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. **RJ teve 283 chacinas policiais em sete anos, mostra levantamento**. Jornal de Brasília, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/rj-teve-283-chacinas-policiais-em-sete-anos-mostra-levantamento/>
- BRUNO, Enzzo et. al. **A Espacialização do Racismo Territorial: Um estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro**. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF, Juiz de Fora, MG, 2024.
- GOMES, A. H; Mello, L. F. **Racismo Territorial: O Planejamento Urbano tem um problema de Raça?**. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Resultados do Censo 2022. (RJ). Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Presidente Prudente, v. 16, n. 1, 2014. pp. 85-106.
- PD - **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**, 2021, instituída pela Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024.
- PRADO, Luis Alberto. **A quase cidade de Campo Grande**. Bairros Cariocas, Prefeitura do RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/631-a-quase-cidade-de-campo-grande>
- QUINTANILHA, B. L; Deus, L. A. B. **Uma Virada da Cartografia: Mapeamentos Participativos e Cartografias Coletivas**. In: Costa, A. J. S. T; Tunes, R. H (org.). Geografia do Estado do Rio de Janeiro: Estudos sobre Cultura, Globalização e Natureza. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2022, p. 339-366.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- STELMACH, Yuri Leonardo Rosa. **Ordem, higiene e progresso: as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro através do romance O Cortiço, de Aluísio de Azevedo**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 9, n. 2, p. 209-221, jun./dez. 2020.